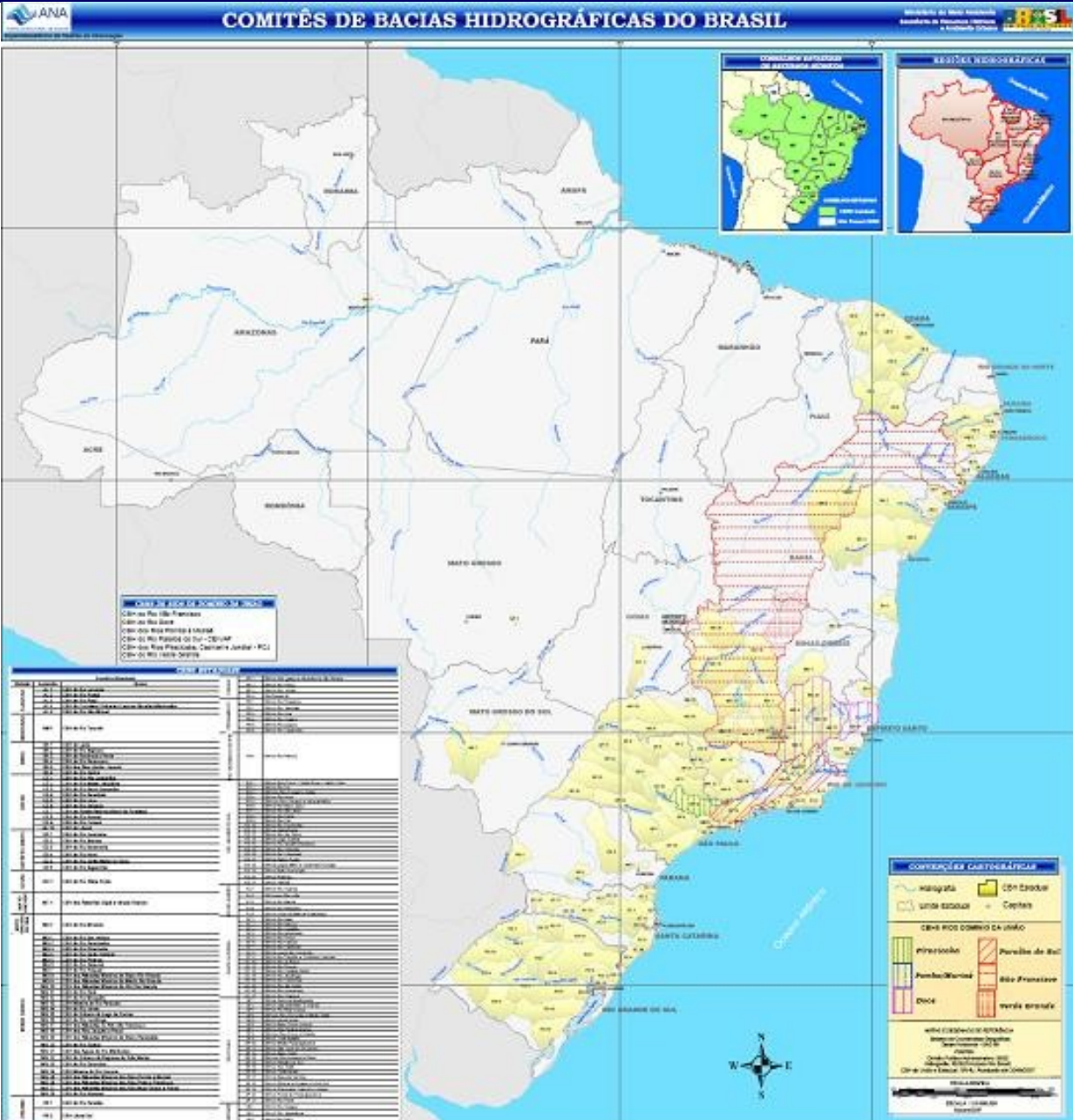
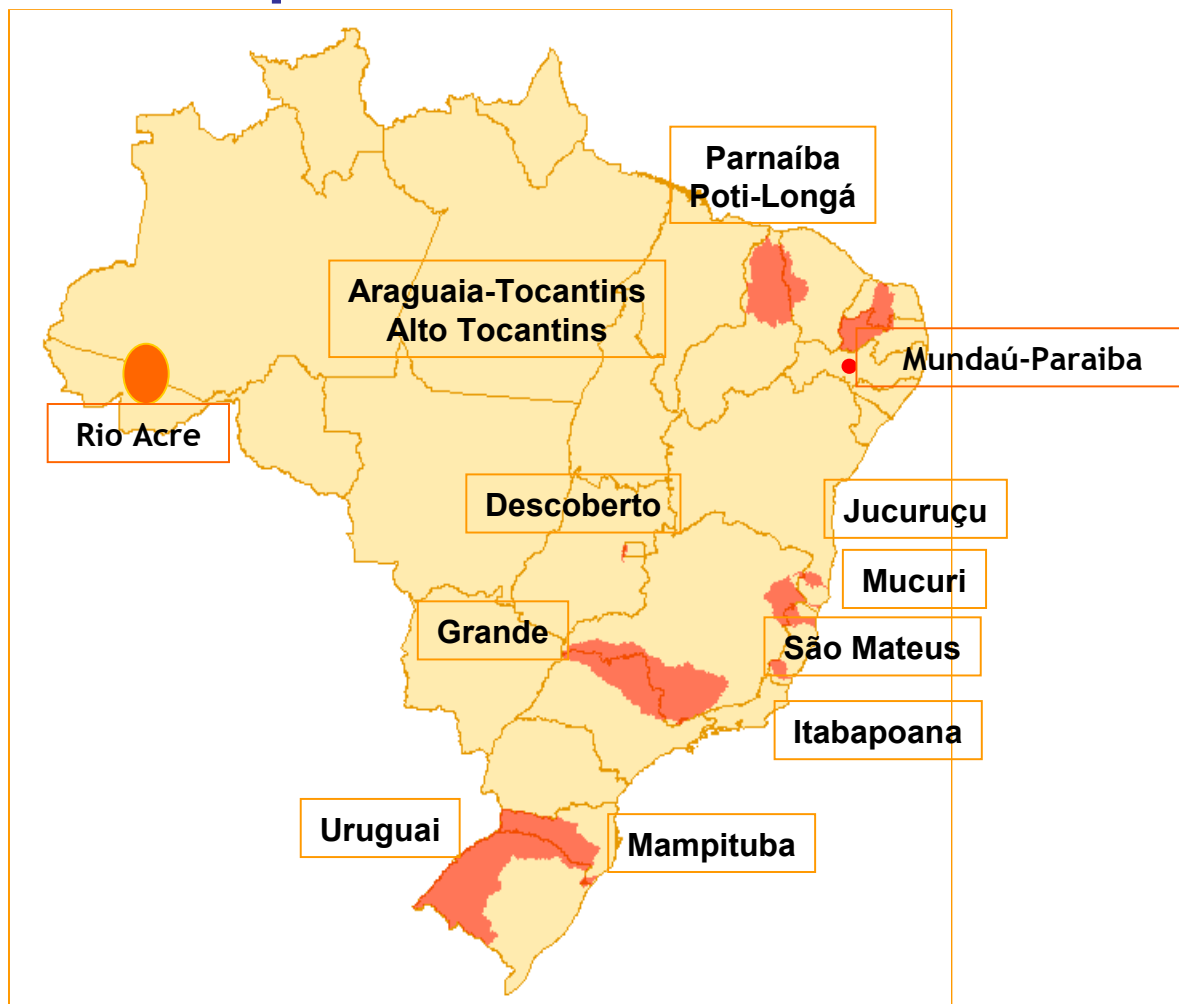


**DEFINE AS UNIDADES DE GESTÃO DE
RECURSOS HÍDRICOS (UGRHs) DE
RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO E
ESTABELECE PROCEDIMENTOS
PARA A CRIAÇÃO DE COMITÊS DE
BACIA HIDROGRÁFICA DE RIOS DE
DOMÍNIO DA UNIÃO**

COMITÊS DE BACIA INSTALADOS



Iniciativas para criação de novos Comitês em Bacias Compartilhadas Interestaduais



- Jurisdição federal / estadual: intensifica a complexidade do tema gestão integrada e descentralizada.
- Aumento das interfaces institucionais em bacias compartilhadas interestaduais (nacionais e regionais).
- Dupla dominialidade: sistema de gestão em duas esferas de atuação (federal e estadual) que possuem a mesma missão institucional e são profundamente interdependentes em conteúdo e aplicação.
- Lei das Águas: União articular-se-á com Estados para o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.
- Leis estaduais: estados articular-se-ão com União, com outros Estados e Municípios para gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum
- Lei das Águas: gestão deve ser descentralizada.
- Nenhum texto legal delinea a forma de articulação em BACIAS COMPARTILHADAS INTERESTADUAIS com relação aos instrumentos técnicos ou às instâncias descentralizadas.

DESAFIO: DEFINIÇÃO DE BASE TERRITORIAL PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Sub-Programa I.4 do PNRH = elaboração de estudos para a definição de unidades territoriais e para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão

- Cerca de 75% da superfície do Brasil é constituída por **BACIAS COMPARTILHADAS INTERESTADUAIS** (*“bacias de rios de domínio da União”*).
- Buscar aperfeiçoamento da legislação: compatibilizar e harmonizar os normativos, critérios e procedimentos técnicos e institucionais entre União e Estados.
- Leis → Estabelecer normativos para tratar de **BACIAS COMPARTILHADAS INTERESTADUAIS**.
- Atuação conjunta Órgãos Estaduais, ANA e Comitês em BACIAS COMPARTILHADAS INTERESTADUAIS (esforços conjuntos, economia de escala e resultados efetivos)

DESAFIO: DEFINIÇÃO DE BASE TERRITORIAL PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Sub-Programa I.4 do PNRH = elaboração de estudos para a definição de unidades territoriais e para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão

- **Operacionalizar e fortalecer os Comitês:** consolidar os Comitês como espaço efetivo de deliberação.
- **Regras de atuação e integração entre os Comitês em uma mesma BACIA COMPARTILHADA INTERESTADUAL, independentemente da dominialidade:** pactuar mecanismos, procedimentos e pautas.
- **Regras de integração e atuação entre CERHs e destes com o CNRH em BACIAS COMPARTILHADAS INTERESTADUAIS.**

EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO: BACIA DO RIO DOCE

Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e 9 Planos de Bacia
Grupo de Acompanhamento do Plano = Todos os Comitês
Comitê de Integração + 9 Comitês estaduais

➤ Comitê de Integração

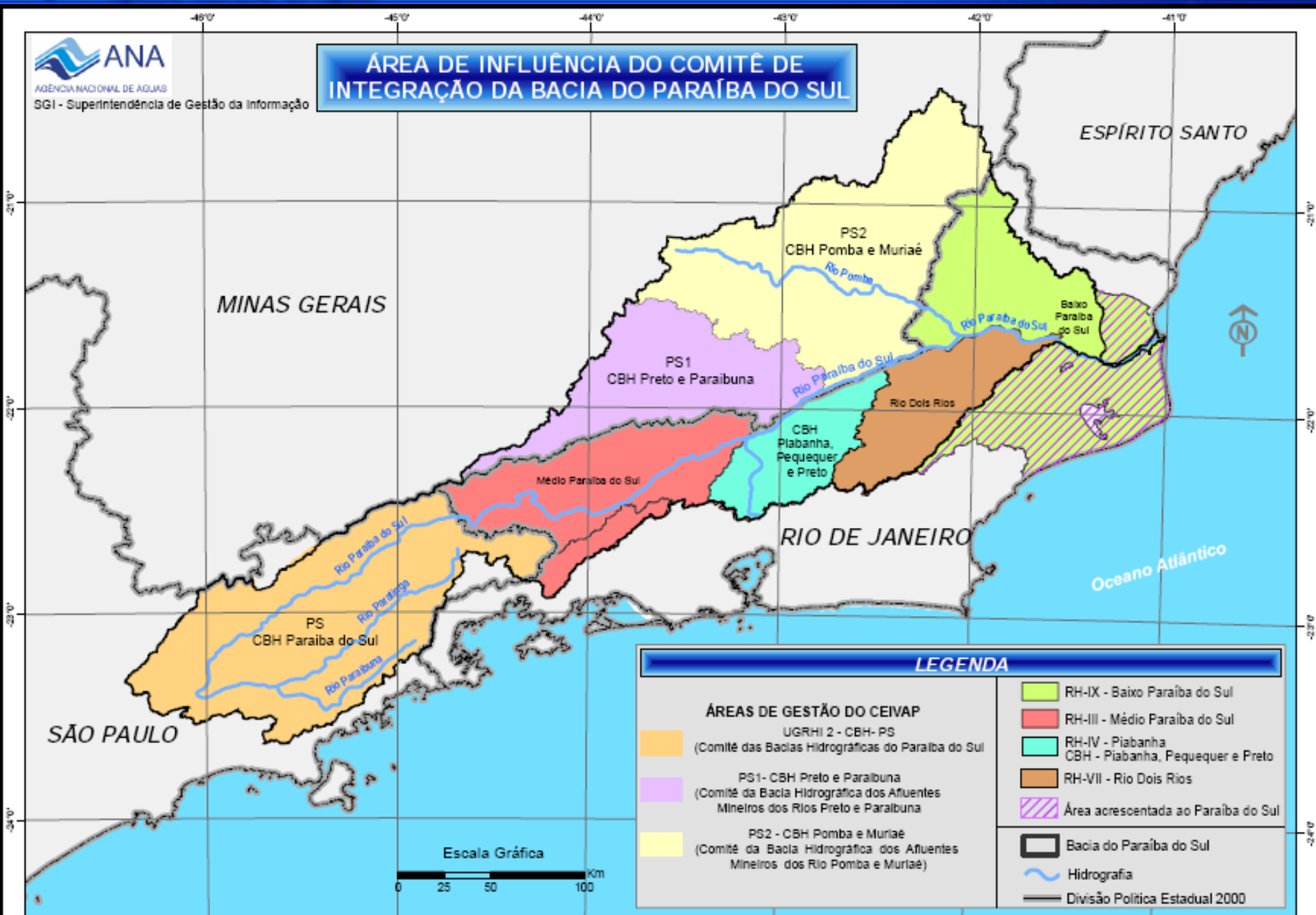
- ✓ Pauta estratégica
- ✓ Plano integrador

➤ Comitês de bacias de rios afluentes

- ✓ Pauta local
- ✓ Planos sub-bacias

➤ Agência de Águas da Bacia do Rio Doce





EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO: PARAÍBA DO SUL

• INTEGRAÇÃO

- ✓ Comitê DE Integração
- ✓ Mapa de gestão estabelecido (7 Comitês e CEIVAP)
- ✓ Plano de Bacia (7 cadernos)
- ✓ Alocação de Água (Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica, criado a partir da crise de energia de 2002 (CEIVAP, ANA, OGRH, Setor Elétrico, CBH-Guandu e Municípios))

• A INTEGRAR

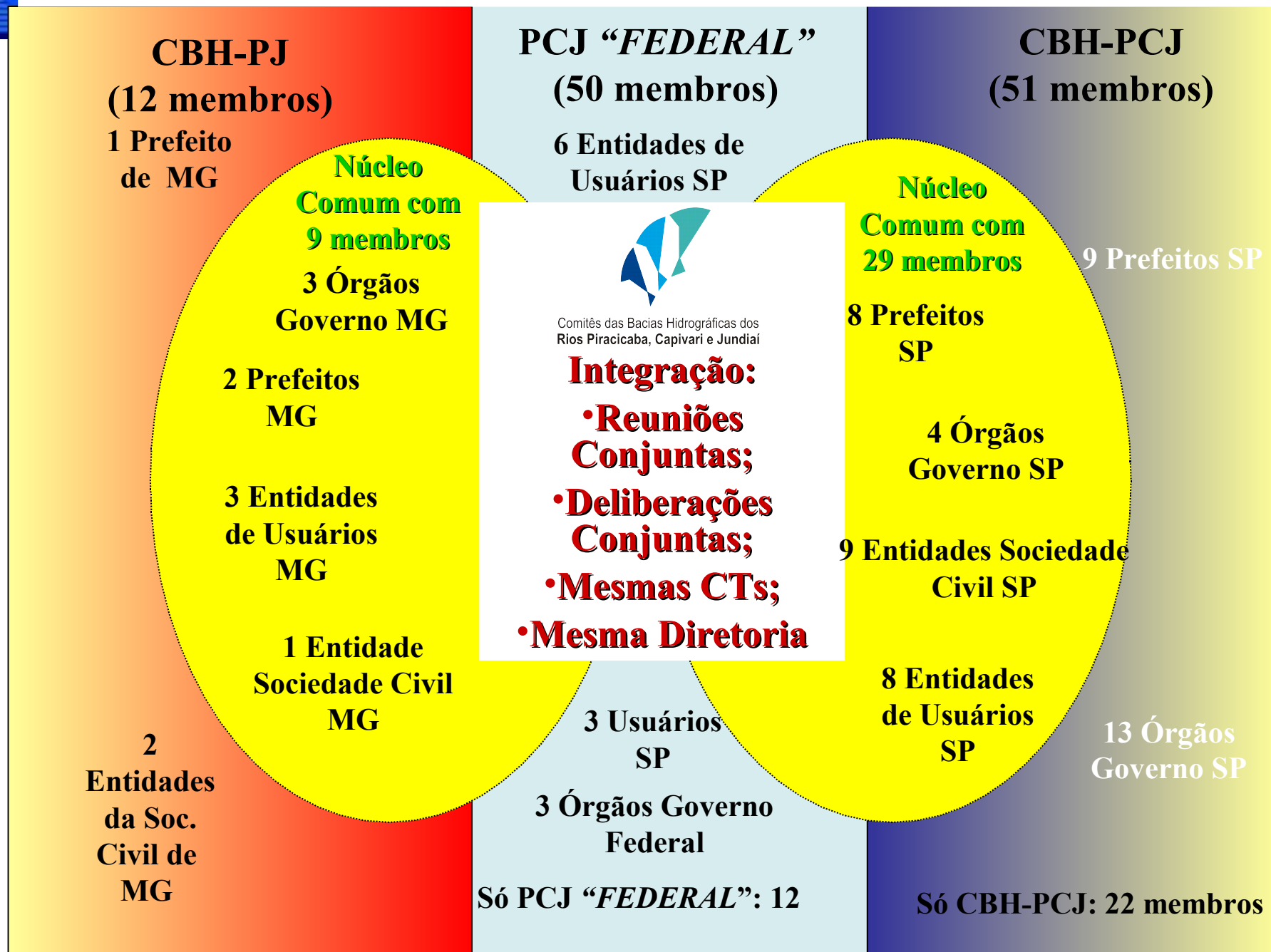
- ✓ Sistemas de cadastro, outorga, cobrança e fiscalização
- ✓ Plano de Bacia e Enquadramento
- ✓ Marco Regulatório
- ✓ Agência única sustentável (Hoje: CEIVAP e Comitês mineiros)
- ✓ Cobrança (custeio e investimento)
- ✓ Contrato de Gestão

REGIMENTO DO CEIVAP – OUTUBRO DE 2007

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO

- ✓ DIRETORIA COLEGIADA: 3 ESTADOS / 3 SEGMENTOS
- ✓ PLENÁRIO COMPOSTO POR REPRESENTANTES DOS COMITÊS DE BACIAS ESTADUAIS
- ✓ PAUTA DIFERENCIADA = MARCO REGULATÓRIO, ALOCAÇÃO DE ÁGUA, EXUTÓRIOS, GRANDES QUESTÕES, RESERVATÓRIOS, TRANSPOSIÇÕES, HARMONIZAÇÃO DE CRITÉRIOS DE REGULAÇÃO
- ✓ AGENDA ANUAL E PLURIANUAL
- ✓ CÂMARA TÉCNICA ÚNICA

BACIAS PIRACICABA, CAPIVARÍ E JUNDIAI: BACIAS PCJ



EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO: BACIAS PCJ

• INTEGRAÇÃO

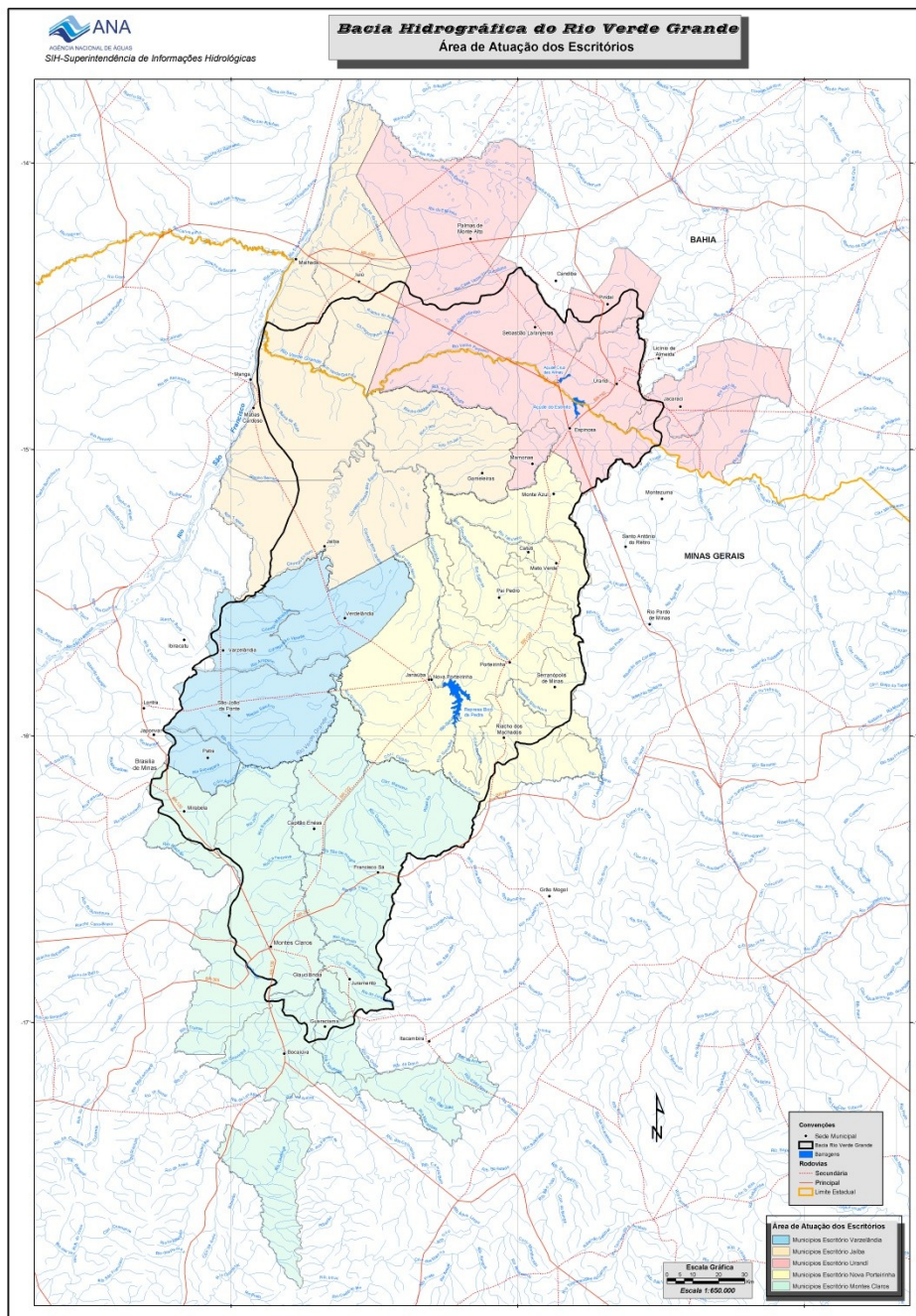
- ✓ **Comitês PCJ (3 em 1)**
- ✓ Sistema Cantareira: Banco de Águas (Resolução conjunta ANA/DAEE) - Grupo de Acompanhamento e CT-MH
- ✓ Estabelecimento da dominialidade
- ✓ Cadastro realizado
- ✓ Plano de Bacia e Enquadramento em andamento
- ✓ Delegação outorgas ANA em favor do DAEE e IGAM (Resolução ANA)
- ✓ Mapa de gestão estabelecido

• A INTEGRAR

- ✓ Sistemas de cadastro, outorga, fiscalização e cobrança
- ✓ Agência única sustentável (Consórcio Público de Direito Público ou Fundação de Direito Privado)
- ✓ Cobrança (custeio e investimento)
- ✓ Contrato de Gestão

COMITÊ ÚNICO DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE (MG/BA)

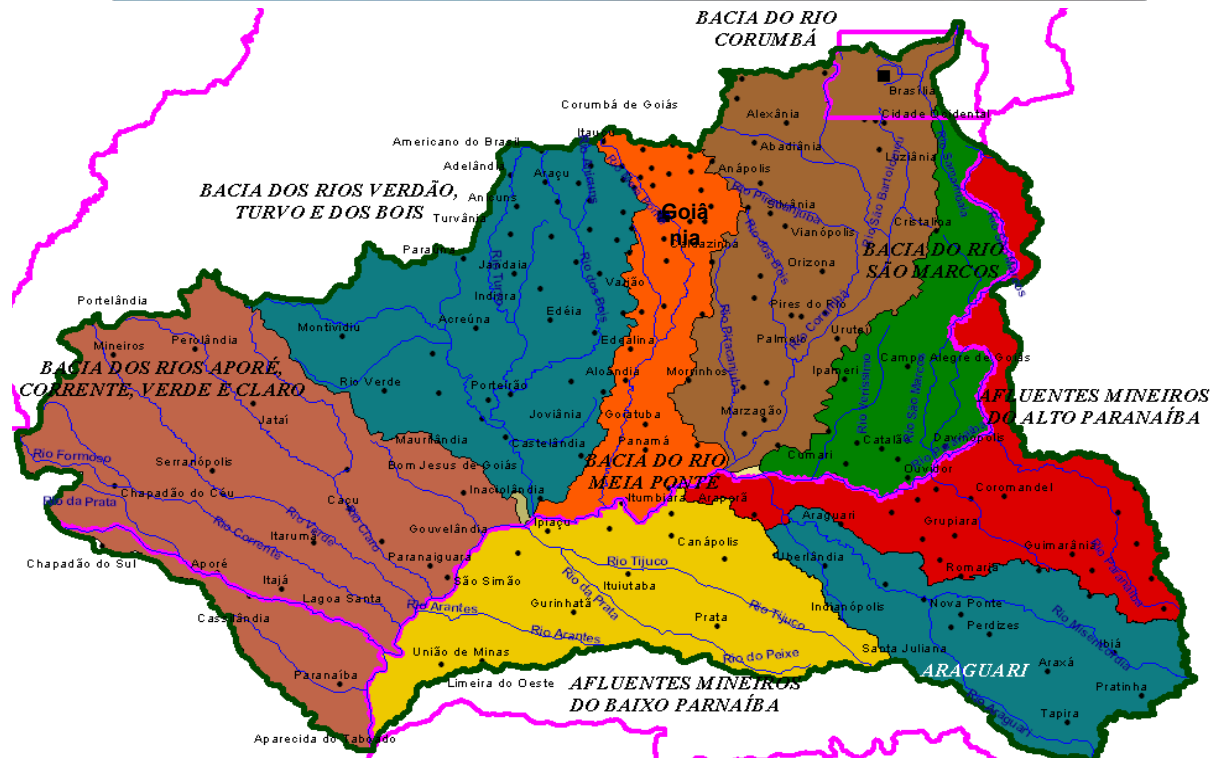
**Plano validado
para toda a bacia**



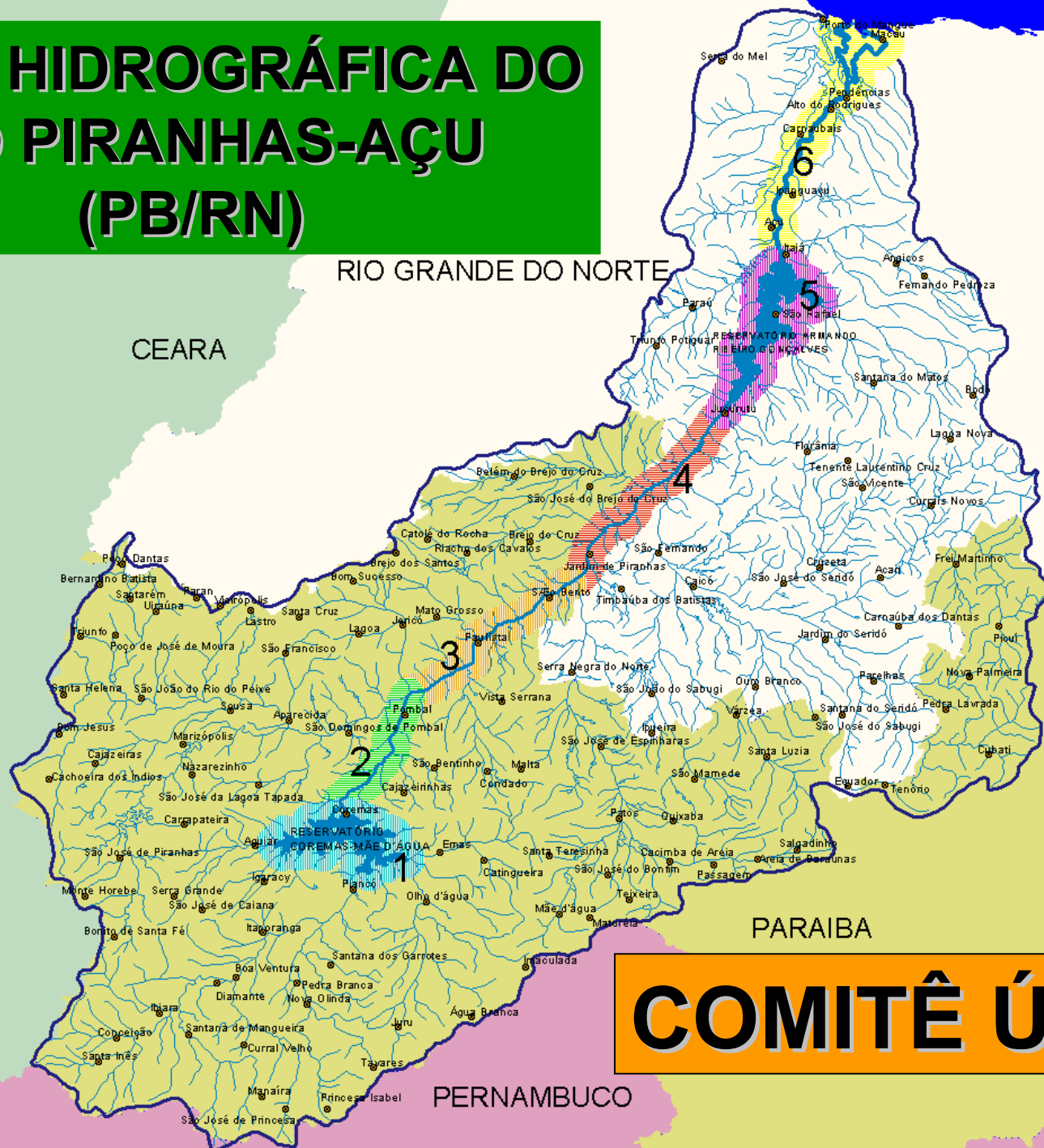
BACIA DO RIO PARANAÍBA: Comitê de Integração

*As indicações dos representantes titulares e suplentes dos demais segmentos (municípios, usuários e sociedade civil) **serão feitas por seus pares integrantes dos comitês de bacia de rios afluentes do rio Paranaíba**, quando houver, ou em processos que considerem a representação das unidades estaduais de gestão de recursos hídricos ... (Regimento Interno do CBH-Paranaíba)*

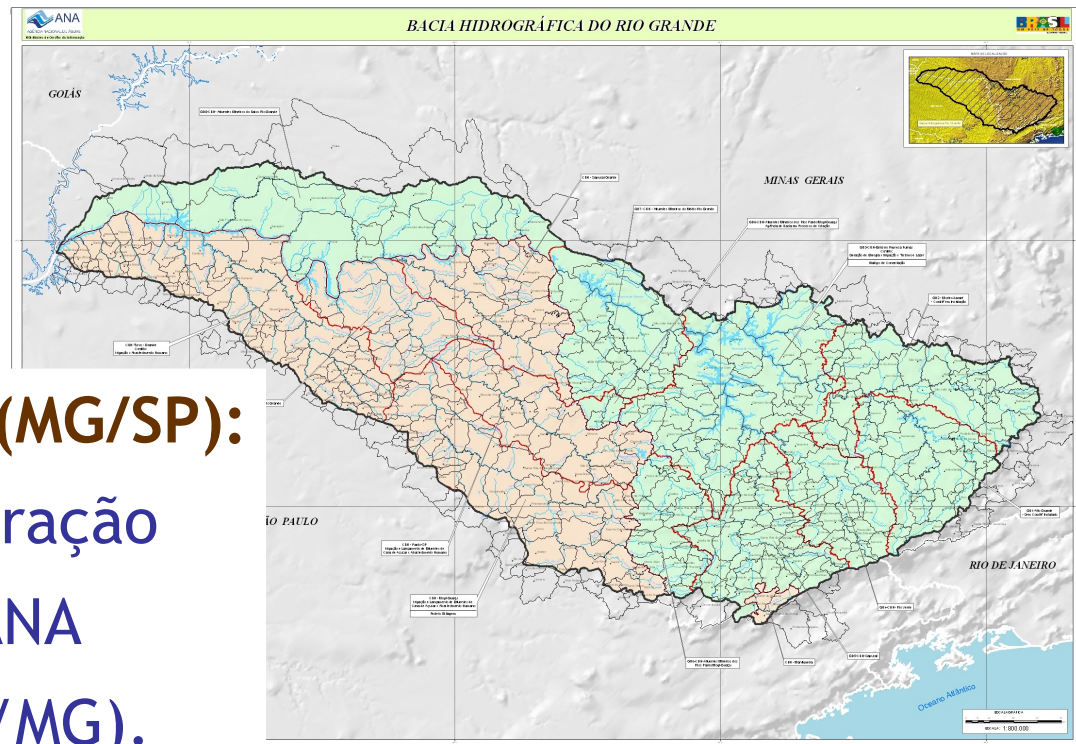
A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA



BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU (PB/RN)



COMITÊ ÚNICO



BACIA DO RIO GRANDE (MG/SP):
duas oficinas de integração
Comitês/Estados/ANA
(Grupo Executivo SP/MG).

BACIA DO RIO PARANAPANEMA (SP/PR): assinatura em março
de 2009 de Termo de Cooperação Técnica para a gestão
integrada entre Estados/Comitês/ANA.

- Não há hoje uma base territorial para a atuação conjunta dos Estados/ANA/Comitês: qual a BACIA?
- Sub-programa 1.4 do PNRH: estudos para a definição de unidades territoriais e para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão.
- A Resolução nº 5 não define critérios objetivos para a criação e funcionamento de Comitês.
- Após criados, os Comitês em “*rios de domínio da União*” não são incorporados pelos Estados como instância deliberativa (“**Comitês de Calha de Rio**” não são Comitês de Bacia)

REGIÕES HIDROGRÁFICAS - CNRH e UNIDADES ESTADUAIS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



- 12 Regiões Hidrográficas
- 442 Unidades Estaduais de Planejamento e Gestão

Premissa: Unidades Nacionais devem ser criadas a partir das Unidades Estaduais, buscando a harmonização de ações.

DEFINIÇÃO DE FATORES DE INTEGRAÇÃO

▪ CRITÉRIOS HIDROAMBIENTAIS

Bacias hidrográficas representativas

Unidades de conservação ambiental

Aqüíferos

Reservatórios para produção hidrelétrica

Principais interligações de bacias

▪ CRITÉRIOS SOCIOECONÔMICOS

Regiões metropolitanas

Unidades nacionais de planejamento do Ministérios da Integração

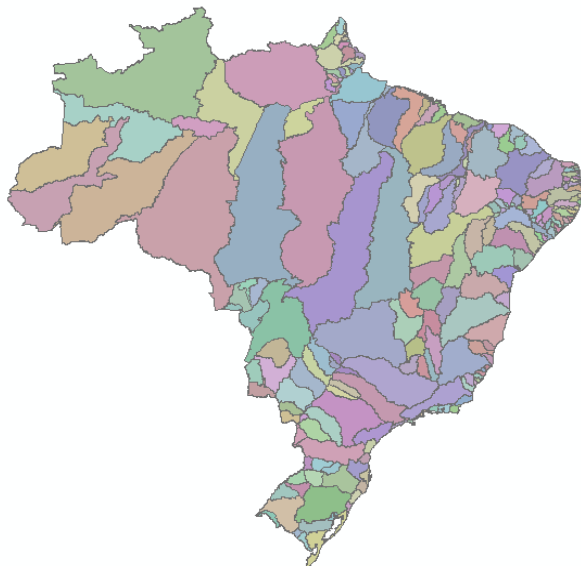
Mesoregiões econômicas do IBGE

▪ CRITÉRIOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

Comitês de bacia de “rios de domínio da União” e rios de domínio estadual

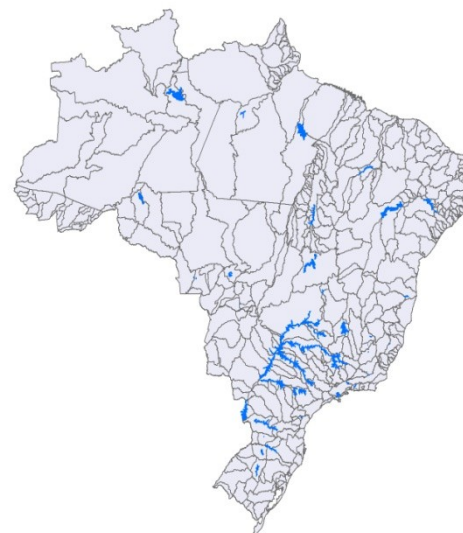
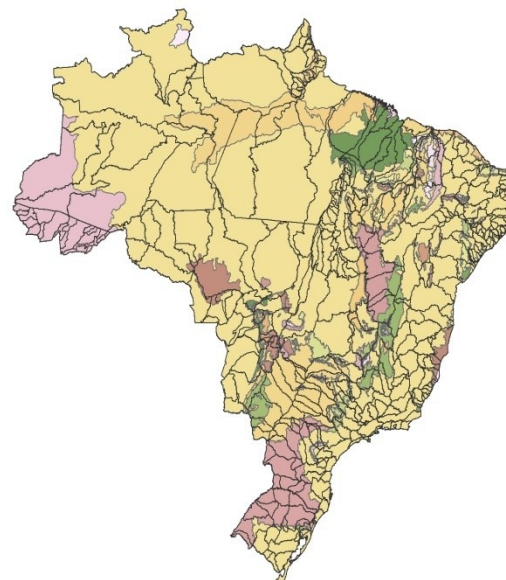
Unidades federadas

BACIAS REPRESENTATIVAS



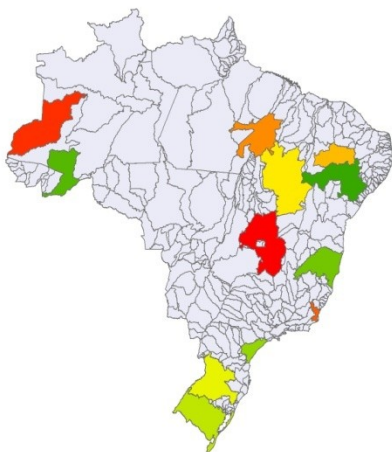
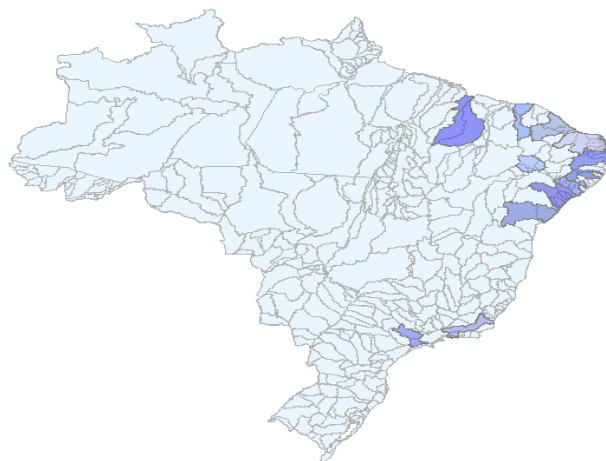
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

AQÜÍFEROS



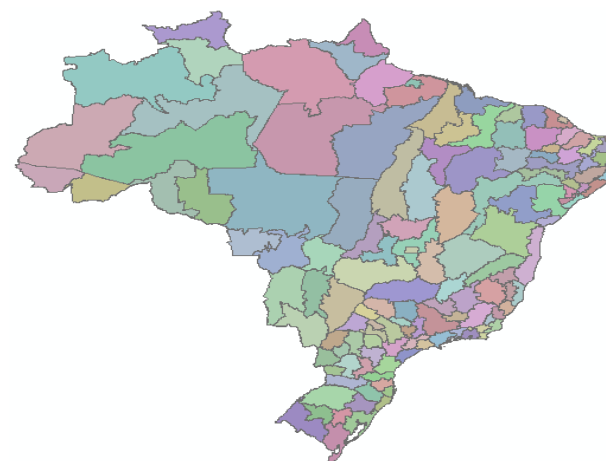
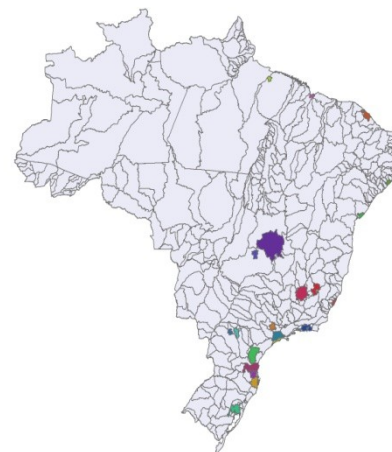
USINAS HIDRELÉTRICAS

INTERLIGAÇÃO DE BACIAS



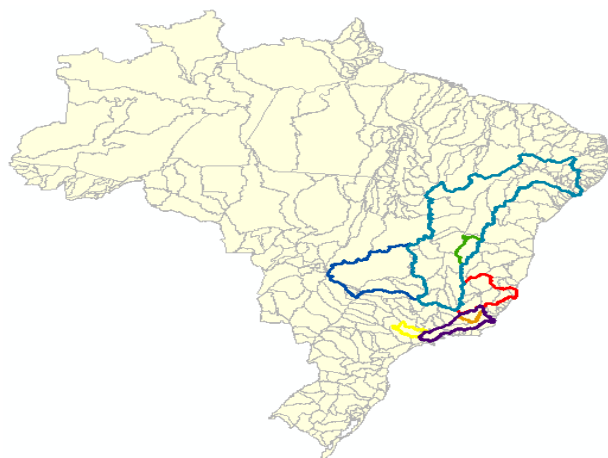
**UNIDADES DE PLANEJAMENTO
DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO**

REGIÕES METROPOLITANAS



MESO-REGIÕES IBGE

COMITÊS EM BACIAS COMPARTILHADAS INTERESTADUAIS



COMITÊS ESTADUAIS



UNIDADES DA FEDERAÇÃO

- Aglomeração de Unidades: Cluster/Multicritérios
- O agrupamento das unidades estaduais em unidades nacionais é auxiliado pela utilização de modelagem matemática, que possibilita a análise comparativa dos critérios de integração definidos. Optou-se por utilizar a **análise de clusters** para a criação dos agrupamentos.
 - **Avaliação e ajustes periódicos casados com a revisão do PNRH.**

UNIDADES NACIONAIS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



137 Unidades Nacionais:

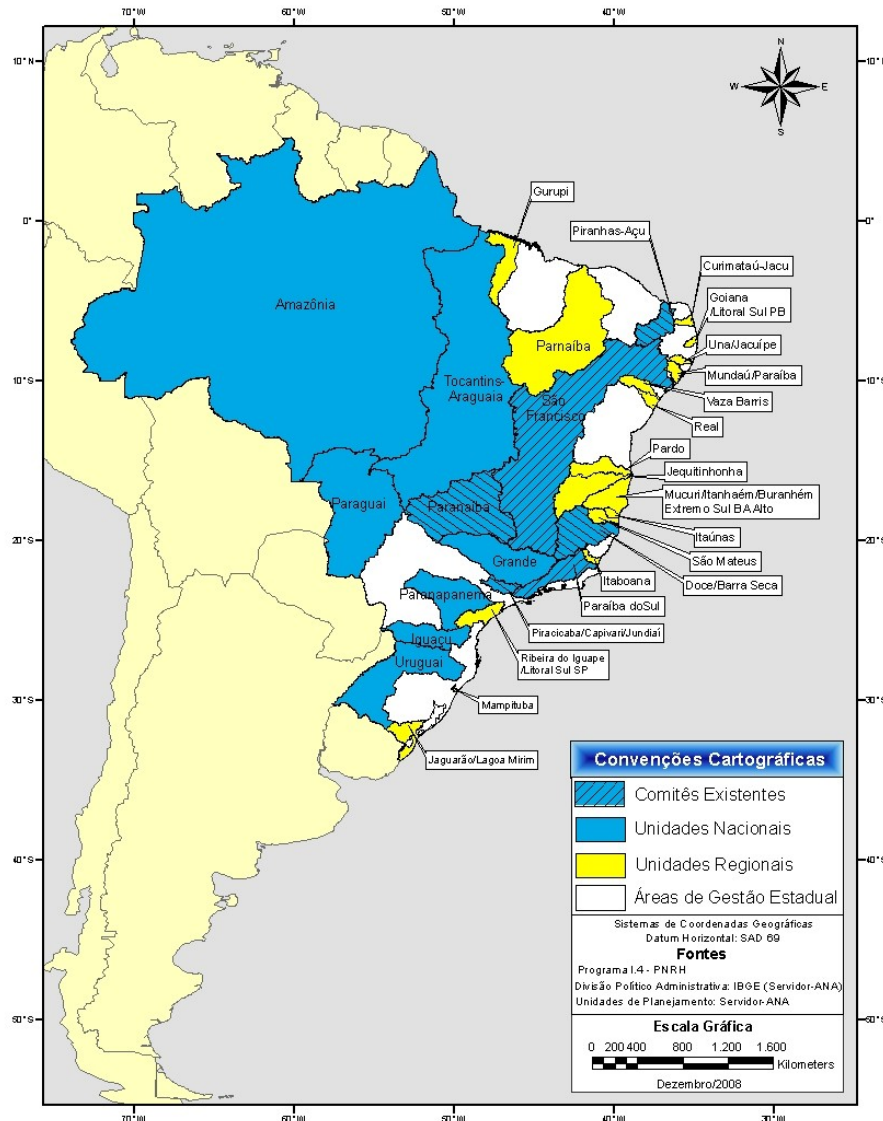
- 26 - Abrangência Interestadual
- 111 - Abrangência Estadual

ESCALAS DE ARTICULAÇÃO ASSOCIADAS ÀS UNIDADES DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - UGRHs

- **Nacional:** escala de articulação nacional;
- **Regional:** problemática associada aos recursos hídricos é mais restrita à região correspondente à bacia hidrográfica;

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO: CONSIDERANDOS

- **Gestão descentralizada.**
- **União articular-se-á com os Estados para o gerenciamento integrado**
- **Art. 5º da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, que define que a área de atuação de comitês de bacia será estabelecida pelo Decreto de sua instituição e pela Divisão Hidrográfica Nacional incluída no PNRH.**
- **Necessidade de estabelecer diretrizes complementares para a criação e funcionamento de Comitês.**



Art. 1º Ficam definidas as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs, classificadas como Nacionais e Regionais

Região Hidrográfica	UGRH Nacional	UGRH Regional
Amazônica	Amazônica	
Tocantins-Araguaia	Tocantins-Araguaia	
Atlântico Nordeste Ocidental		Gurupi
Parnaíba		Parnaíba
Atlântico Nordeste Oriental	Piranhas-Açu	Curimataú-Jacu Goiana-Litoral Sul da PB Una-Jacuípe Mundaú-Paraíba
São Francisco	São Francisco (incluindo Bacia do Rio Verde Grande)	
Atlântico Leste		Vaza Barris Real Jequitinonha Pardo Mucuri-Itanhaém-Buranhém-Extremo Sul da Bahia Alto Itaúnas São Mateus

Região Hidrográfica	UGRH Nacional	UGRH Regional
Atlântico Sudeste	Doce/Barra Seca Paraíba do Sul	Itabapoana Ribeira do Iguape-Litoral Sul SP
Paraná	Paranaíba Grande Iguaçu PCJ (Piracicaba- Capivari- Jundiaí) Paranapanema	
Uruguai	Uruguai	
Atlântico Sul		Mampituba Jaguarão-Lagoa Mirim
Paraguai	Paraguai	

Art. 1º (continuação)

- §1º A instalação de Comitês em rios de domínio da União observará a área de atuação definida para as UGRHs.
- §2º As UGRHs serão atualizadas juntamente com as revisões do PNRH, a partir de 2014.

Art. 2º A criação de Comitês para as UGRHs Regionais poderá ser proposta pelos Estados, atendidas as seguintes condições:

- I - delegação de competências ao Comitê, formalizada pelas instâncias pertinentes no âmbito de todos os Estados com área abrangida pela UGRH, ressalvada, a critério dos Estados, a área de atuação de Comitês já instalados e em funcionamento na referida UGRH;
- II - vigência de norma, no âmbito dos Estados com área abrangida pela UGRH, estabelecendo a alocação quali-quantitativa dos recursos hídricos entre os respectivos Estados, aprovada por seus CERHs;
- III- delegação, pela ANA, da outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União na respectiva UGRH; e
- IV- estudo técnico sobre a sustentabilidade financeira da Secretaria-Executiva do Comitê elaborado pelos órgãos gestores estaduais, com o apoio da ANA.

Art. 2º (continuação)

- §1º O Plano de Recursos Hídricos da respectiva UGRH deverá observar o disposto no inciso II deste artigo e ajustá-lo, quando necessário.
- §2º A ANA e os órgãos competentes no âmbito dos Estados estabelecerão a forma de garantia da sustentabilidade financeira da Secretaria-Executiva do Comitê.
- §3º O Comitê será criado por Decreto do Presidente da República.
- §4º No processo de criação de comitês de bacia hidrográfica, os Estados proponentes poderão agregar, à área da respectiva UGRH Regional, as bacias hidrográficas de rios de domínio estadual contíguas.

Art. 3º Após a criação do comitê de Bacia de que trata o artigo 2º desta resolução, o CNRH poderá delegar aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados – CERHs com área abrangida pela respectiva UGRH Regional as seguintes competências em corpos d'água de domínio da União:

- I - estabelecer critérios gerais de outorga e cobrança;**
- II - aprovar o enquadramento dos corpos de água ;**
- III - definir os mecanismos e valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União;**
- IV - delegar competências de agência de água a organizações civis de recursos hídricos;**
- V - deliberar sobre as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de domínio da União.**

Art. 3º (continuação)

- Parágrafo Único - As deliberações dos Comitês relativas às atribuições delegadas pelo CNRH deverão ser aprovadas pelos respectivos CERHs.

Art. 4º A delegação de competência pelo CNRH, prevista no art. 3º desta Resolução, será revogada uma vez constatado o descumprimento das condições estabelecidas no art. 2º desta Resolução.

Art. 5º Os comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União deverão encaminhar ao CNRH e aos Conselhos Estaduais, anualmente, até o dia 31 de março do ano seguinte, relatório de atividades demonstrando o seu regular funcionamento.

- §1º O relatório de atividades deverá conter: regimento interno; composição; identificação; estrutura organizacional; temas em discussão; pautas e atas das reuniões; resoluções e demais atos deliberativos.

Art. 5º (continuação)

- §2º O relatório de atividades deverá ser apresentado por escrito e em meio eletrônico, podendo, os documentos previstos nos incisos I a VI do §1º deste artigo, serem apresentados somente em meio eletrônico.
- §3º O relatório de atividades deverá ser apreciado pelo CNRH.
- §4º A Secretaria Executiva do CNRH disponibilizará modelo de relatório a ser adotado pelos comitês de bacia hidrográfica para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 6º Os comitês de bacia criados para as UGRHs Regionais deverão, juntamente com a apresentação do relatório previsto no art. 5º desta Resolução, encaminhar comprovação da manutenção das condições previstas no art. 2º desta Resolução.

Art. 7º A condição definida no inciso II do art. 2º desta Resolução constará, obrigatoriamente, da proposta de instituição de comitês de bacia hidrográfica para as UGRHs Nacionais, segundo Anexo I desta Resolução.